**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014**

--- Aos onze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e catorze, pelas 20h e 15 m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja na Sala do Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso, na Casa Colombo em Vale do Paraíso, com a seguinte Ordem do Dia. ----------

**ORDEM DO DIA**

**Ponto 1** – Análise de Assuntos da Freguesia de Vale do Paraíso

**Ponto 2** – Fixação de Taxas para 2015:

2.1 – Derrama P 118/P/2014

2.2 – TMDP P 119/P/2014

2.3 – Participação no IRS P 123/P/2014

**Ponto 3** – Período Especial de Legalização de Obras e Edificações – Prorrogação de prazo P 120/P/2014

**Ponto 4** – Aquisição de Serviços na Área de Seguros Através da CIMLT P 126/P/2014

**Ponto 5** – Abertura de Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau para a Subunidade de Ambiente e Serviços Urbanos P 113/P/2014

**Ponto 6** – Relatórios das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia no âmbito dos Acordos de Execução de Delegações de Competência

**Ponto 7** – Informações Diversas - Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Srª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e a 2ª Secretária Srª D. Sílvia Margarida Narciso Vitor. ----------

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu Martins, António Francisco Nunes Godinho, António José Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel da Conceição Loureiro, António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Miguel Rebelo Valada, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Luís Fernando Lobato da Fonseca, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Inês da Graça Louro, Maria Luísa da Conceição António, Nuno Miguel Brás Monteiro

Gonçalves, Rogério Faria Jorge, Sérgio Joaquim Fernandes Ezequiel, Tatiana Filipa Pacheco Gaspar. ----------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio e os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho. ----------

--- Tendo sido solicitado pela Câmara Municipal de Azambuja a inclusão da proposta 131/P-CPFNT/2014 na Ordem de trabalhos da presente reunião, decidiu a mesa da Assembleia Municipal, depois de analisar o assunto, não propor à Assembleia a inclusão do referido documento, devido ao facto de o documento ser extenso e não haver tempo suficiente para permitir uma conveniente análise do mesmo a fim de poder ser discutido e votado. ----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informa que chegou à mesa um pedido de divulgação de uma campanha de recolha de bens para famílias carenciadas do concelho, que terá lugar no dia 20 de Dezembro no Jardim Urbano Dr. Joaquim Ramos das 10h às 18h, sendo esta uma iniciativa do Agrupamento de Escuteiros da Azambuja com o apoio da Câmara Municipal de Azambuja.----------

**----------ANTES DA ORDEM DO DIA ----------**

--- O Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum membro do público quer usar da palavra. ----------

--- Não havendo inscrições por parte do público, passa ao período da ordem do dia. -----

**---------- ORDEM DO DIA ----------**

**--- Ponto 1 – Análise de Assuntos da Freguesia de Vale do Paraíso. ----------**

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, cumprimentando todos os presentes, e perguntando ao Sr. Presidente da Câmara para quando a reparação do parque infantil, para quando a pavimentação das acessibilidades à Freguesia de Vale do Paraíso. Para quando a reposição da iluminação publica. Como se encontra o processo dos lotes que a Câmara é proprietária junto do Bairro Social (Moinho da Mata) e como se encontra o processo de fim de obras do chafariz. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, e ainda em relação à proposta 131/P-CPFNT/2014, para informar que o relatório aprovado em sessão de Câmara irá ser enviado para o Ministério do Ambiente. ----------

--- Em relação ao parque infantil, informa que todos os procedimentos foram feitos, estando a aguardar que a empresa a quem foi adjudicada a empreitada envie a documentação para o processo avançar. ----------

--- Em relação à pavimentação salienta que no início do ano se vai iniciar alguns trabalhos nessa área. ----------

--- Quanto à iluminação pública, informa que já foi feito o pedido da reposição à EDP. –

--- Em relação aos lotes informa que o processo está a ser seguido pelos serviços, seguindo os trâmites legais. ----------

--- No que diz respeito ao chafariz informa que o resto da obra irá ser feita pelos serviços da Câmara o mais breve possível, uma vez que não estava incluído na empreitada. ----------

**--- Ponto 2 – Fixação de Taxas para 2015: ----------**

**--- 2.1 – Derrama ---------- (P 118/P/2014)**

--- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto a discussão. Não tendo havido qualquer intervenção foi o mesmo colocado a votação, tendo sido a Proposta 118/P/2014 aprovada por unanimidade. ----------

**--- 2.2 – TMDP ---------- (P 119/P/2014)**

--- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto a discussão. Não tendo havido qualquer intervenção foi o mesmo foi colocado a votação, tendo sido a Proposta 119/P/2014 aprovada com 21 votos a favor (13 do PS e 8 da CDU) e 6 votos contra da Coligação PFNT. ----------

**--- 2.3 – Participação no IRS ---------- P 123/P/2014**

--- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto a discussão. Não tendo havido qualquer intervenção foi o mesmo foi colocado a votação, tendo sido a Proposta 119/P/2014 aprovada com 22 votos a favor (13 do PS e 9 da CDU) e 6 votos contra da Coligação PFNT. ----------

**--- Ponto 3 – Período Especial de Legalização de Obras e Edificações – Prorrogação de Prazo ----------P 120/P/2014**

--- Pediu a palavra a Srª Deputada Municipal Inês Louro, cumprimentando todos os presentes. Em relação a esta proposta salienta que a nível profissional tem feito uso da mesma, considerando assim de louvar a prorrogação do prazo por mais um ano, pois a mesma é justificada com a utilização recorrente que a mesma é feita. ----------

--- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada referindo que embora considere boa esta proposta, a mesma só tem que estar a ser votada devido à falta de fiscalização por parte da Câmara Municipal de Azambuja. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, que refere que tendo este ponto vindo a ser apresentado ao longo de vários anos não deixa de concordar com o mesmo, no entanto não considera que a culpa seja só da fiscalização. No seu ponto de vista tem também a ver com a tendência dos Portugueses se escaparem aos seus deveres, por vezes devido aos custos avultados que uma legalização acarreta. ----------

--- Salienta ainda que na sua opinião poderia prever-se uma beneficiação para os munícipes que envergassem pela legalização das suas construções como forma de incentivo, sugerindo talvez uma beneficiação da percentagem do IMI. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, referindo que percebeu o que o Sr. Deputado António José Rodrigues quis dizer, mas que não é da mesma opinião, dando alguns exemplos de países que visitou em que quando se faz uma construção ilegal não se pode legalizar. Salienta ainda que em Portugal ao dar-se estes perdões verificasse um verdadeiro atentado urbanístico. Refere ainda que quem falha não pode ser beneficiado. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que esta proposta é a prorrogação de uma proposta que foi aprovada já há alguns anos, e que pretendia procurar resolver problemas de legalização de construções urbanas no Concelho. Esta proposta prevê que haja um acréscimo de taxas urbanísticas para quem vai requerer a legalização de uma construção ilegal, havendo assim uma diferenciação entre aqueles que fizeram as suas construções recorrendo aos procedimentos legais, e aqueles que não o fizeram, havendo uma punição. ----------

--- Refere ainda que em matéria de procedimento urbanístico, o Município de Azambuja não é um exemplo. Salientando também que o Plano Diretor Municipal está há 15 anos à espera de revisão, sendo isto também um condicionante às construções existentes, referindo que não se pode esquecer que também houve um plano de condicionantes devido ao aeroporto de Ota, que condicionou a construção em algumas áreas do Concelho. Por tudo isto salienta ser positivo que se mantenha esta proposta no sentido de apelar aos munícipes para que aproveitem esta possibilidade de legalizarem as suas construções. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Godinho, salientando ainda em relação a este ponto, que não concorda com a opinião do Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, pois considera que não se deve premiar quem prevarica. Refere ainda que quando uma pessoa faz uma obra deverá contabilizar nessa obra determinados custos. Diz também que a Coligação PFNT vai votar favoravelmente, mas que a mesma proposta não se deve prorrogar no tempo indefinidamente. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis referindo que concorda que a prorrogação do prazo se mantenha, uma vez que as pessoas construíam as casas sem licenças e sem projetos devido à falta de condições financeiras, isso fazia com que as pessoas construíssem as casas lentamente à medida que iam tendo possibilidades. Salienta ainda que neste momento as pessoas mesmo que queiram legalizar continuam a não ter condições financeiras para o fazer devido conjuntura actual. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques de Oliveira, referindo que sempre esteve dentro da legalidade na construção das suas casas, e que por isso sofreu o aumento do IMI, considerando que todos devem estar dentro da legalidade e pagar o que lhes é devido. ----------

--- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues para esclarecer que a questão do IMI é outra, uma vez que as pessoas que têm luz e água canalizada em casa já estão a pagar IMI. ----------

--- Clarifica ainda que não é apologista de legalizar o que não é legalizável, apenas legalizar o que está enquadrado a nível do PDM. Sugere ainda que se não for possível uma redução de custos, que seja possível apoio em termos de gabinete de informação dos serviços municipais no sentido de que as pessoas saibam o que podem fazer para resolver estas situações. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que refere que este processo está a decorrer desde 2010, e desde essa altura já passaram pela Câmara 201 processos de legalização, legalizando assim apenas o que pode ser legalizado. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro dizendo que o que quis dizer foi que não se deve beneficiar quem prevarica, no entanto deve-se facilitar a vida a quem prevaricou, de modo a reparar o erro desde que seja legalizável. ----------

--- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, dizendo que a proposta inicial é do tempo em que era Vereador, e que sabe que a mesma não é para facilitar quem passou por cima dos procedimentos legais. Salienta que a mesma prevê sanções, como por exemplo o agravamento das taxas urbanísticas. Refere ainda que todo o processo é caro. Diz também que há benefício do interesse público na legalização das construções, tendo em conta as consequências sociológicas e jurísticas que deram origem à construção ilegal. Refere ainda que chegou a acompanhar um antigo presidente da Assembleia Municipal na divulgação da revisão do PDM. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº 120/P/2014, aprovada unanimidade. ------

**--- Ponto 4 – Aquisição de Serviços na Área de Seguros Através da CIMLT --------P 126/P/2014** ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, referindo que tem a sensação que estes seguros da CIMLT eram por um período de quatro anos e que pensa terem sido votados no ano passado. Solicitando assim ser esclarecido acerca desta dúvida. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, solicitando saber porque é que a proposta refere em 2015 nove meses, e em 2018 três meses, solicitando saber porque não é anos completos.

--- O Sr. Presidente da Câmara solicitou à Drª Irene Lameiro que responda à questão colocada. ----------

--- Interveio a Drª Irene Lameiro dizendo que a divisão pelos 9 meses em 2015 e 3 meses em 2018, decorre da própria complexidade do concurso, salientando que este é um concurso público que abrange os vários Municípios da CIMLT e também outras entidades, tendo que se amenizar todas as deliberações a assumir por estas entidades da maneira que esteja previsto e que possam ser adjudicados os serviços de seguro a partir de Abril. Refere que nos primeiros três meses do ano está preparado um procedimento para se fazer um ajuste direto para aquisição de seguros para o 1º trimestre de 2015. ----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira, solicitando saber se os membros da Assembleia Municipal têm seguro no exercício das suas funções, e se têm, qual a cobertura do mesmo. ----------

--- O Sr.º Presidente da Câmara respondeu que os membros da Assembleia Municipal têm seguro, sendo o mesmo considerado como seguro de acidente de trabalho. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº 126/P/2014, aprovada unanimidade. ------

**--- Ponto 5 – Abertura de Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau para subunidade de Ambiente e Serviços Urbanos --------- P 113/P/2014** ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, para dizer que a Coligação PFNT considera que esta é uma matéria interna do Executivo da Câmara, e como tal a Coligação PFNT vai-se abster na votação, salientando que não têm nada contra as pessoas em causa neste tipo de propostas. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Srª Deputada Municipal Inês Louro, e em resposta ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada refere que este tem sido o registo da Coligação PFNT (não têm nada contra mas abstêm-se), esquecendo-se que obrigatoriamente estas coisas têm que vir à Assembleia, e se ninguém vota-se favoravelmente isto não era exequível. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº 113/P/2014, aprovada por maioria, com 21 votos a favor (12 do PS e 9 da CDU) e 6 votos abstenções da Coligação PFNT. ------

**--- Ponto 6 – Relatórios das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia no âmbito dos Acordos de Execução de Delegações de Competência----------**

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal toma a palavra para dizer que compete à Assembleia Municipal fiscalizar os acordos de execução de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, sendo este ponto apenas para dar conhecimento à Assembleia Municipal, não tendo o mesmo votação. ---

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, Armando Calixto, que referiu que no relatório apresentado pela Junta de Freguesia que representa poderá haver um desnível em relação à receita, uma vez que no relatório vem referido as tranches dos dois meses em que não se recebeu os duodécimos, tendo no entanto sido feitos investimentos e tendo havido despesas. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre referindo que não bastando a Assembleia Municipal ter que fiscalizar a Câmara Municipal, tem também de fiscalizar os acordos com as Juntas de Freguesia mesmo sendo esta uma autarquia diversa à da Câmara Municipal. Salienta que se está a pagar por algumas alterações feitas às autarquias locais, não fazendo sentido uma vez que as Juntas também têm um órgão de fiscalização que é a Assembleia de Freguesia. Refere ainda que a Assembleia Municipal é integrada por Presidentes de Junta que por inerência são membros das

Juntas. Esperando que numa próxima oportunidade esta disposição possa ser alterada, para que a Assembleia Municipal não se tenha que ver confrontada com situações deste género. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, salientando que de acordo com a Lei 75/2013 a Assembleia Municipal tem de fiscalizar, neste caso é apenas para ter conhecimento. Sugerindo que para este assunto não estar a vir à Assembleia Municipal, poderia ser criada uma Comissão que analisasse este assunto. ---

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal toma a palavra para dizer que de acordo com o ponto 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, compete à Assembleia Municipal apreciar a execução dos contratos de delegação de competências. Como tal considera este ponto apreciado. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal José Avelino Correia, que em relação a este ponto, salienta que concorda que a fiscalização seja feita pela Câmara Municipal, uma vez que foi ela que delegou as competências nas respetivas Juntas, no entanto não está de acordo da maneira como as coisas estão a ser feitas, uma vez que as Juntas de Freguesia estão a fazer uma prestação de contas à Câmara Municipal. Salientando que não se está a fazer um relatório das atividades que se desenvolvem nas freguesias, mas apenas a prestar contas de todo o dinheiro que foi gasto. Refere ainda que participou numa formação em que foi dito que os relatórios de atividades não obrigam a esta prestação de contas das Juntas de Freguesia à Câmara Municipal. ---------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, que considerando que a Assembleia Municipal não têm competência para fiscalizar os relatórios de atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia. ----------

--- Considera também que o legislador foi pouco cuidadoso em termos de conciliar o regime que vinha de traz, com aquilo que pretendia fazer em termos de transferências de competências da Administração Central para a Administração Local. Salientando que é difícil compreender estas duas leis que são bastante importantes em termos de administração local, mas que não tem qualquer conciliação entre as duas, havendo situações em que o legislador criou dispositivos apenas em quatro ou cinco situações e deixou em vazio e sem explicação outras situações, como é o exemplo do artigo 17º da LAL, havendo assim dificuldades de interpretação. Relativamente à questão do ponto 6, considera que está mal formulada na medida em que a Assembleia Municipal não pode fiscalizar atividades da Junta de Freguesia. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que as Juntas de Freguesia são órgãos autárquicos com legitimidade própria, sendo eleitos diretamente, e porque isso, não considera correto o porquê da Assembleia Municipal ter que apreciar os relatórios de delegação de competências, que afinal nem são delegação de competências, uma vez que passaram a ser competências das próprias freguesias, tendo apenas de haver um acordo de transferência por serem competências do Município na anterior lei. ----------

--- Salienta que tem alguma perplexidade em estar a apreciar competências de outros órgãos pelos quais não foi eleito. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves, dizendo que é apologista que este assunto vá à Assembleia Municipal, sendo esta uma forma transparente das Freguesias mostrarem o que fazem e onde usam o dinheiro. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira, para dizer que as Juntas de Freguesia não têm necessidade de prestar contas a ninguém, pois quem controla as competências delegadas pela Câmara é o próprio povo. ----------

--- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer que concordemos ou não, o que é facto é que o documento tinha que vir à Assembleia uma vez que a Lei

refere taxativamente que tem que ser apreciado, pois se assim não for não estamos a cumprir com a Lei. ----------

--- **Ponto 7 – Informações Diversas - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** ----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Loureiro, que faz parte da Comissão Municipal de Florestas Contra Incêndios, para dar algumas informações acerca da atividade da respetiva comissão. ----------

--- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Loureiro, para informar que foram realizadas quatro reuniões desta comissão. Informou também quais os membros que participaram mas mesmas e que entidades representavam. Realça a participação do Sr. Comandante Distrital da Proteção Civil (Sr. Carlos Marta), ter participado numa das reuniões, o que significa a importância que dá a esta Comissão, apresentando algumas situações concretas de coordenação. ----------

--- Refere ainda que um dos temas mais abordados foi a prevenção. Recorrendo a GNR ao dispositivo de desportos de vigia. Foi também referido com muita frequência a transformação em biomassa dos resíduos florestais. ----------

--- Refere que foi também acordado nas várias reuniões a reativação dos sapadores Municipais, no entanto não foi dada uma solução. ----------

--- Foi também referido que os pontos de água por vezes têm a sua funcionalidade diminuída e que existe lacunas graves no cadastro das terras. Foi abordado também o abandono de terras e a falta de limpeza das mesmas e especialmente o desrespeito das fachas de contenção. ----------

--- Refere também que o Sr. Comandante Municipal de Proteção Civil apela aos Senhores Presidentes de Junta que sejam criados os serviços de Proteção Civil a nível das Freguesias. ----------

--- Foi referido ainda uma alteração legislativa que atribui à GNR a competência para instrução de ilícitos, competência essa que pertencia às Câmara, vindo de certa maneira facilitar algumas situações. ----------

--- Salienta ainda que a época de fogos em 2014 decorreu entre 1 de Junho e 30 e Setembro, verificando-se 62 ocorrências e um total de área ardida de 44.89 hectares. Tendo o incendio mais relevante durante este ano ocorrido a 10 de Junho no Vale do Poisões, tendo ardido 22.08 hectares e tendo tido uma intervenção de meios substanciais. Concluindo que 2014 foi um ano positivo especialmente em comparação com 2012. ----------

--- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Couceiro, solicitando saber se o publico pode ter acesso à localização dos pontos de água, e qual o heliporto mais próximo. Salienta ainda que este ano houve muito combustível para arder no entanto não houve calor. ----------

--- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Loureiro, para dizer que relativamente aos pontos de água refere que há vários pontos de abastecimento nomeadamente com capacidade para abastecer as aeronaves. Refere ainda que existem heliportos no entanto não há helicópteros sediados. ----------

--- Refere ainda que a quando do fogo mais grave os meios funcionaram rapidamente, concluindo-se que o dispositivo está a funcionar com eficácia. ----------

--- O Sr. Presidente da Mesa informou de uma carta de agradecimento que chegou da Vigararia Geral do Patriarcado de Lisboa em resposta ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre João Canilho. ----------

--- Pediu da palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, para dizer que tendo hoje na Sessão de Câmara havido um debate muito denso sobre a Proposta 131/P/2014, e tendo o Sr. Presidente da Assembleia entendido não submeter a mesma à Assembleia Municipal por um bom motivo, lamenta que as coisas não tenham sido feitas em melhores condições. Não querendo deixar de registar que havendo já documentos em circulação sobre esta matéria em que se perspectivavam algumas ideias sobre o que se pretendia fazer em relação a esse assunto, tenham surgido situações desagradáveis. ------
--- O Sr. Presidente da Mesa tomou a palavra para apelar ao Sr. Presidente da Câmara que na medida do possível toda a documentação seja apresentada em tempo mais útil, para que se possa analisar melhor a mesma. ----------
--- O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que foi feito uma reformulação do documento em conjunto com todos os grupos políticos. Refere ainda que na reunião da Comissão permanente da Assembleia Municipal explicou o porquê da urgência deste documento. Salienta também que em relação à questão dos prazos sempre ouve uma grande indefinição. Diz também que algumas Câmaras mandaram diretamente a resposta para o Sr. Ministro, e termina, salientando que aceita a decisão da Assembleia em não aceitar a inclusão da proposta, e volta a referir que irá enviar para o Ministério do Ambiente o relatório aprovado em sessão de Câmara. ----------
**--- APROVAÇÃO POR MINUTA** ----------
--- A Srª D. Vera Brás, 1ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------
---A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro. ----------
**--- ENCERRAMENTO** ----------
--- Era 22 horas e 25 minutos do dia 11 de Dezembro, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------